

**A(S) FAMÍLIA(S) RESIDENTE(S) NO ENGENHO DE SÃO JOAQUIM:
FRAGMENTOS DA VIDA EM MEIA PONTE/GO NO SÉCULO XIX**

João Guilherme Curado

Seduc/GO

joajgguilherme@gmail.com

A sociedade goiana surgiu em decorrência da mineração nas décadas iniciais do século XVIII, quando o encontro da tríade fundante do “povo brasileiro” se repetiu às margens de mananciais auríferos possibilitando o aparecimento de núcleos populacionais constituídos basicamente por bandeirantes, religiosos, escravos, alguns índios e poucas mulheres. No final da mesma centúria e na seguinte em especial, a população da então Meia Ponte (atual Pirenópolis — Goiás) passou a se ocupar das atividades voltadas para a agropecuária, uma vez que a produção diminuía a cada novo levantamento do quinto. Os registros populacionais eram mais constantes, mesmo que falhos, durante a mineração quando a “capitação” era mais recorrente e rigorosa, possibilitando informações quantitativas, o que foi significativamente alterado com a ruralidade em decorrência das distâncias e da produção basicamente voltada à subsistência. Contexto esse em que surgiu o Engenho de São Joaquim nas proximidades de Meia Ponte, o arraial conhecido como entreposto comercial pelas junções de estradas reais que cortavam as terras brasileiras; a fazenda era propriedade de Joaquim Alves de Oliveira, natural de outro núcleo minerador goiano, mas que percebeu a possibilidade de expansão comercial a partir de uma grande fazenda na qual residia com a família durante parte do ano. A investigação tem por objetivo estudar a(s) família(s) residente(s) no Engenho de São Joaquim e a proposta é um recorte metodológico tendo por suporte também a micro-história e o diálogo com outras áreas do conhecimento, em especial as ciências humanas, auxiliares na busca de compreensão de um pequeno universo rural em que várias das categorias de definição de laços familiares se fizeram presentes e que podem ser visualizados por meio de estudos genealógicos, paroquiais e testamentários, sendo os relatos dos viajantes Pohl e Saint-Hilaire também importantes contributos por chamarem a atenção até mesmo para excessos de concubinatos no território goiano; tal perspectiva indica a necessidade de exploração dos diversificados “sistemas familiares” existentes entre os residentes na fazenda em perspectiva com indicadores característicos: a esposa de Joaquim Alves já era mãe ao se casar, filho do casal faleceu ainda criança e uma só filha chegou a idade adulta se casando com aquele que se tornou gerente da fazenda, mas não tiveram filhos; ela teve um caso com um capataz, que atirou e matou a mãe (esposa de Joaquim Alves); o marido teve prole com uma escrava na fazenda. O destaque para as histórias ocorre em função da atuação política e cultural de Joaquim Alves que estabeleceu comércio com outras províncias, era comandante e fundou o primeiro jornal do centro oeste que veiculou, inclusive, notícias relacionadas a população e às famílias goianas do século XIX.

Palavras-chave: Família; Escravidão; Pirenópolis

Meia Ponte

A concepção de família em Goiás nos idos auríferos do século XVIII e depois no período rural, baseado na agropecuária de subsistência que se estendeu do final da centúria mencionada às décadas iniciais do século XX, baseava-se na concepção defendida, pregada e “controlada” pela Igreja Católica, com todas as vicissitudes que as regras podiam estabelecer ou deixar entrever diante dos batistérios, registros de casamentos e anotações de óbitos, quando eram expostas informações relacionadas aos ditames eclesiásticos, nem sempre uma preocupação da população.

Consideramos que as informações populacionais sobre os que habitavam as terras goianas eram bastante contraditórias e divergentes, em especial quando referentes aos negros. As menções aos escravos foram, basicamente, retiradas dos censos de capitação, mas é sabido que muitos nativos eram comprados e mantidos na ilegalidade durante toda a vida de trabalho, o que dificulta ainda mais projetar um número indicativo populacional.

Se os números eram e ainda são vagos e incongruentes, os registros indicando a procedência, também não estavam livres de fraudes, mas indicam que “uma diversidade maior foi localizada: mina, angola, guiné, congo, nagô, moçambique, cabo verde, benguela, monjolo, massamgana, ludá, cobú, bororó, caiapó” (LOIOLA, 2009, p. 21). Tal diversidade cultural facilitou a dificuldade de comunicação e de formação de grupos coesos durante o breve momento da mineração, o que de certa maneira deixavam os donos de minas — mineiros — um pouco menos preocupados com possibilidades de eminentes rebeliões negras, uma vez que eram a maioria significativa da população.

Na composição da população goiana em 1804, os mulatos eram “15.452, mais de 50% da população livre. Pretos livres e mulatos constituíam 77% da população livre”, segundo Palacin e Moraes (2008, p. 56 e 57). Para os autores a população goiana era de 50.764 almas, utilizando uma expressão daquele momento para quantificar os habitantes, que apresentou uma população superior em 317 quando comparado com os dados apresentados por Polonial (2013) para a mesma data, sendo para ele 50.447 os habitantes de Goiás, o que confirma a imprecisão quantitativa dos dados populacionais. A distribuição feita por Palacin e Moraes apresenta a seguinte composição da população

goiana: brancos: 7.131, representando 14,5% da população; pardos 16.531, por volta de 32% dos habitantes; 7.943 pretos (cerca de 15,5%) e 19.159 escravos, por volta de 38% dos habitantes. Apresentam ainda a divisão entre livres (62,26%) e escravos (37,74%) da população residente e Goiás naquele ano.

A ampliação da população caracterizada como livre em detrimento da categorizada como escrava, advém da transformação do trabalho vigente em Goiás, que passando da mineração para a agropecuária de subsistência não carecia mais de grande contingente de mão de obra escrava, que foi gradativamente transformada em trabalho livre, mas vinculada aos antigos proprietários por laços de dependência econômica e mesmo afetiva, estabelecida, em grande valia, pelos laços de compadrio — o que não impediu a perpetuação da exploração dos menos favorecidos pelos donos de terras.

As Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte surgiram às margens do Rio das Almas, manancial que passa por entre a atual cidade de Pirenópolis — Goiás, e que deu origem, no passado, ao núcleo minerador que catalisou pessoas vindas de vários locais do Brasil, em especial de São Paulo, de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro e ainda de diversas localidades lusitanas (JAYME, 1971).

Só a título de curiosidade, as informações iniciais de assentamentos presentes no primeiro Livro de Batizados da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte contam com dois filhos legítimos, seguidos por um batistério de escravo adulto, Salvador, dentre os apontamentos que dão pistas sobre a gênese dos registros de formação da população meiapontense, via batizados ocorridos a partir dos idos de 1732.

Mesmo com o declínio da extração aurífera o núcleo populacional de Meia Ponte se manteve, diferente de outros que desapareceram da paisagem goiana em decorrência da ausência do cobiçado minério que trouxe ainda muitos escravos para o trabalho. Foi quando a população local passou a se dedicar à agropecuária de subsistência.

O então Arraial de Meia Ponte, estava geograficamente bem localizado no contexto das Estradas Reais, o que possibilitou que fosse designado como “entreposto comercial” de acordo com Estevam (2004), já que as estradas oficiais que ligavam o norte ao sul e o leste ao oeste do Brasil se interconectavam no local, possibilitando e facilitando não só as questões comerciais, mas também um significativo fluxo de pessoas que

transitavam pelas terras meiaponteses; assim como a chegada e circulação de informações advindas, prioritariamente, dos grandes centros urbanos de então.

Engenho de São Joaquim

Concordamos com Barros, ao afirmar que o historiador que “estuda uma pequena comunidade, ele não estuda propriamente *a* pequena comunidade, mas estuda *através* da pequena comunidade” (2011, p. 153), por isso apresentamos uma fazenda, situada nas proximidades de Meia Ponte, erigida por volta de 1800 e que possui uma inserção bastante significativa para a compreensão do início do século XIX.

As observações históricas/descriptivas apresentam a Fazenda Engenho de São Joaquim como a junção de casa, engenho, capela e ainda “habitações” ou “morada” de escravos. Ao propor investigação sobre o morar e o trabalhar e ainda denominações últimas que destoam da bipolaridade “Casa Grande e Senazala” muito bem definidas, até mesmo nos intercursos geradores dos “filhos ilegítimos” proposta por Gilberto Freyre (2006), possibilita ampliar o conhecimento das dinâmicas do viver em um espaço rural, voltado para a produção, mas que integrava sistemas familiares distintos.

Arquiteticamente a junção das construções propiciavam a proximidade da vida no cotidiano do Engenho de São Joaquim, uma das maiores propriedades agrícolas goianas daquele contexto, composta por cerca de “57.717 ha (11.425 alqueires goianos ou 22.850 alqueires paulistas)” (COSTA, 1978, p. 51). Particularidades chamam a atenção, pois a casa grande é composta ainda pela junção da capela, ao santo devocional: São Joaquim e também ao engenho, que ficava na extremidade oposta do local religioso. Dois eram os modelos de senzala: um abrigo geral, geminado à casa grande em que viviam os escravos solteiros e outra, dividida em pequenos compartimentos destinados a cada um dos casais de cativos constituídos.

As informações sobre o Engenho de São Joaquim se ampliaram no ano de 1819, quando dois viajantes europeus por ali passaram e deixaram importantes relatos (CURADO, 2018), foram eles o austríaco Johann Emanuel Polh e o francês Auguste de Saint-Hilaire.

Este engenho é magnificamente instalado e cercado de muros. O edifício compreende muitas divisões, pátios, etc. A residência do dono é ligada com as

habitações dos escravos solteiros. Uma divisão única forma o engenho propriamente dito, com alguns quartos e residência para hóspedes. Uma terceira divisão é a morada dos escravos casados. Os pátios, igualmente cercados de muros, servem para o gado (POLH, 1976, p. 289).

O trecho acima nos fornece breve descrição da organização espacial das construções da fazenda, essencial para a compreensão dos fatos ali ocorridos no século XIX. Os relatos do francês, no entanto, apontam mais para o cotidiano e práticas relativas ao social e mesmo ao familiar:

as regras estabelecidas por Joaquim Alves quanto ao tratamento dado aos escravos consistiam em mantê-los bem alimentados e vestidos decentemente, em cuidar deles adequadamente quando adoeciam e em jamais deixá-los ociosos. Todos os anos ele promovia o casamento de alguns, e as mães só iam trabalhar nas plantações quando os filhos já podiam dispensar os seus cuidados. As crianças eram confiadas a uma só mulher, que zelava por todas (SAINT-HILAIRE, 1975, pp. 98-99).

As preocupações dos viajantes europeus em destacar as práticas sociais do Engenho de São Joaquim demonstram o cuidado do proprietário em se esquivar de constatações como a empreendida posteriormente em estudo sobre Joaquim Alves, onde há a afirmativa de que era o “comércio de escravos, reconhecidamente a maior fonte de lucros na economia colonial” (COSTA, 1978, p. 49). No entanto, Joaquim Alves de Oliveira, precisava manter a reputação, pois, desde que se fixou em Meia Ponte atuou em vários cargos nomeados, elegeu-se para vários mandatos, renunciando a quase todos; preferiu exercer a função de Juiz de Paz. Foi também agraciado “em 1818, com o hábito de Cristo; em 1825, com o do Cruzeiro, obteve a honra de Moço Fidalgo da Casa Imperial; em 1829, a comenda da Ordem de Cristo e, em 1843, a de Cavaleiro da Ordem da Rosa” (JAYME, 1943, p. 41).

Em relação à informação da promoção anual de enlases em Meia Ponte, os documentos da Paróquia apresentam lacunas que compreende os anos de 1810 a 1835; como a primeira data remete a período anterior à passagem dos viajantes, recorreremos ao quadriênio: 1835 a 1838, já que o 1839 também se faz ausente. Vale ressaltar que no ano de 1832 Meia Ponte deixou de ser Arraial, sendo alçada à condição administrativa de Vila.

Em 1835 foram realizados 11 casamentos, dos quais três casais eram brancos e quatro pardos, houve ainda um casamento entre crioulo forro com uma crioula escrava os demais casais não foram definidos, o que demonstra a falta de padronização dos registros. Interessante perceber a recorrência da menção à atividade laboral do lavrador que aparece como função em quatro registros. Joaquim Alves de Oliveira aparece uma única vez nos documentos referentes ao ano em questão, como testemunha junto a D. Anna Matildes, por ocasião da união de Ignácio e Zefinna (Livro de Casamentos da Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte: 1835 a 1852, p. 03).

Em 1836 foram oito as uniões matrimoniais registradas na Paróquia de Meia Ponte, os lavradores foram mencionados duas vezes e os casais pardos três. No “Oratório doméstico do Comendador Joaquim Alves de Oliveira”, como era designado nos apontamentos religiosos referentes à Capela de São Joaquim, pertencente ao Engenho de São Joaquim, foram realizados dois casamentos, um de filho natural com filha legítima, do qual Joaquim Alves foi testemunha junto com: a mãe da noiva, Felizardo Alves Moreira e Maria Leite. Na segunda união, de filhos legítimos, não foi o proprietário do Oratório testemunha. As cerimônias ocorreram durante o mês de abril. Em outubro foi ele testemunha junto com “D. Maria José, branca e solteira” na região da Capela de Curralinho (Livro de Casamentos da Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte: 1835 a 1852, p. 04 e 04v).

Em 1837 receberam matrimônio, pela Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte, 29 casais que apresentaram a maior variedade encontrada no período mencionado: 02 casais de africanos escravos, de propriedade de Joaquim Alves de Oliveira; 04 casais brancos; 01 casal constituído por cigano e moradora; 01 de crioulo e parda; 01 de crioulos escravos; 01 de crioulo forro com parda; 01 de lavradores; 09 casais de pardos; 01 de pardo com branca; 01 de pardos lavradores; 01 de pardos livres. Seis não tiveram qualquer menção sobre especificidades. Joaquim Alves foi testemunha de um casamento e os dois enlaces dos africanos escravos de sua propriedade tiveram por testemunha, em ambos, o genro Joaquim da Costa Teixeira e a esposa Ana Alves de Oliveira (Livro de Casamentos da Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte: 1835 a 1852, p. 04v a 09).

Dois fatos chamam a atenção no caso do registro matrimonial dos dois casais de africanos escravos. O primeiro é o fato de não terem sido feitos no Oratório e sim na Igreja Matriz, em Pirenópolis, ainda mais depois da proibição da importação de escravos conforme Lei de 07 de novembro de 1831 (a Lei Feijó), publicada no Matutina Meiapontense na edição nº 228, de 31 de janeiro de 1832 (MATUTINA MEIAPONTENSE, nº 228, 31/01/1831, p. 01-02), jornal de propriedade de Joaquim Alves. Segue-se o fato do genro ter a patente rebaixada de comendador para capitão e a esposa deste ter o nome modificado de Ana Joaquina de Oliveira para Ana Alves de Oliveira.

Para o ano de 1838 foram 23 os enlaces apontados nos livros paroquiais destinados aos registros de casamentos em Meia Ponte, sendo quatro entre pardos; 04 entre brancos; 01 de cabras; 01 de pardo com escrava forra e 05 de crioulos escravos sendo dois destes de Angolas com crioulas escravas do Comendador Joaquim Alves, realizados no Oratório, e ainda 01 mina com escrava forra. Novamente aparecem escravos “machos” de origem africana (Livro de Casamentos da Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte: 1835 a 1852, p. 09 a 11v).

Sistemas familiares

As perspectivas de estudo sobre família são bastante amplas e abarcam significativos recortes temporais no decorrer da existência humana. Para melhor compreender a família brasileira, precisamos retornar, via ancestralidade, a aspectos ibéricos que perduraram ou que se fazem presente até o momento atual, como o exposto por Novóa e Rosa (2018) que estudam os arquivos de famílias lusitanas no Antigo Regime ou a análise dos círculos de poder no mundo nobiliárquico espanhol (MUNÓZ; SERNA, 2017) que remete ao mundo hispânico, em consonância ao apregoado com Bacellar, Scott e Bassanezi (2005, p. 347) ao afirmarem que: “é preciso, destarte, buscar as nossas raízes ibéricas, de modo a evitar a caracterização de nossas populações coloniais como anômalas ou específicas perante a realidade europeia”

Pontos de vistas sobre famílias brasileiras são encontradas em Barcellar (2015) que nos remete à relação entre lugares e famílias tendo por recorte a Capitania de São Paulo entre os anos de 1765 e 1836. Machado (2017) nos envia às famílias senhoriais do

interior do Rio de Janeiro no século XVIII, na tentativa de manter o patrimônio familiar. Três outras famílias nos chamam a atenção, pelas possibilidades investigativas que apresentam. Jeha (2017) traz à tona o cotidiano familiar no Rio de Janeiro do século XIX, em especial de um barbeiro e músico, patriarca, originário do Congo que passou de escravo a alforriado, quando começou a desenvolver suas funções pelas ruas da cidade. Malaquias (2017), por meio de investigações paroquiais aborda a espacialização dos libertos mineiros livres; e ainda “A história de João Potro” em que Farinatti e Matheus (2017) discutem a origem indígena defendida pelo personagem, mas que possui relatos de ser na realidade um escravo fugido.

As características familiares eram bastante similares no Brasil Colônia e mesmo no Império, como atestam os supracitados artigos. A divisão social era delimitada pela condição de liberdade a qual se juntava bens e escravos. Até o presente momento não há documentação precisa sobre a ereção do Engenho de São Joaquim, mas sabe-se que contou com mão de obra escrava especializada em carpintaria, tanto para a estrutura de madeira que ainda perdura, da mesma forma os ornamentos da capela e as estruturas residuais dos locais do engenho como constatou Oliveira (2010) ao estudar as fazendas goianas.

Grande parte das informações sobre os escravos em Meia Ponte, inclusive os do Engenho de São Joaquim, provem dos registros paroquiais de batismo, casamento e de óbito, e ainda a “capitação”, uma constante que possibilitou informações para censos e mapas populacionais, uma vez que pelos registros paroquiais “cada indivíduo pode ser rastreado e mais bem identificado” (BARCELLAR, 2017, p. 562). Em pesquisa a historiadora Costa (1978, p. 50) quantifica que “na segunda metade do século XVIII, eram 287 os senhores de escravos em Meia Ponte; em meados do século XIX, este número reduziu-se para 48, sendo que os maiores contingentes de negros pertenciam, sem exceção, a grandes proprietários rurais”. Em Goiás, a grande propriedade era caracterizada por usar acima de 20 escravos nos trabalhos voltados à agropecuária (POLONIAL, 2013); no entanto, pela época do inventário de Joaquim Alves de Oliveira (1851) foram arrolados cerca de 123 escravos (COSTA, 1978), descontados os seis que morreram no intervalo entre o falecimento de Joaquim Alves (1851) e a realização do inventário (1854), assim como quatro, dos quais não se mencionou idade:

Figura 1 — Escravos arrolados conforme o Inventário de Joaquim Alves de Oliveira

Quantidade	Descrição	Porcentagem
80	Homens com até 50 anos	65%
11	Mulheres com até 40 anos	8,9%
09	Homens com mais de 50 anos	7,3%
02	Mulheres com mais de 40 anos	1,7%
20	Crianças de 2 a 12 anos	16,3%
01	Lactante	0,8%
123	--	100%

Fonte: Inventário de Joaquim Alves. Maço nº 14, Tombo nº 374 e Costa (1978). Adaptado pelo autor.

Os dados mencionados a partir do arrolamento do inventário, no que tange aos escravos do Engenho de São Joaquim nos remete ao contexto daquela época em que com “o fim do tráfico atlântico em 1830, [...] se agregou a preocupação senhorial em aumentar os índices de reprodução natural da escravaria, o que, no caso brasileiro, refletiu-se no incremento do mercado de mulheres, em especial do mercado interno de cativas” (FLORENTINO, 2012, p. 156). As mulheres representavam pouco mais de 10% dos cativos, mas se mostraram responsáveis pelas 21 crianças mencionadas como bens, o que representava 17,1% dos cativos. O cenário em questão indica que as escravas eram essenciais para a manutenção da mão de obra, uma vez que haviam dificuldades em importar novos planteis originários da África e baliza ainda o necessário esforço para que elas fossem substituídas por outras a cada intervalo de tempo para que pudessem continuar com uma das importantes funções que lhes cabia então, o da reprodução.

As famílias no Engenho de São Joaquim

Pouco se sabe sobre as relações familiares que foram sendo estabelecidas no Engenho de São Joaquim ao longo da primeira metade do século XIX, mesmo considerando que “eventualmente, é possível rastrear alguns casos, mas a maioria das relações fora do casamento pode ficar irremediavelmente perdida. Dentro das lógicas sociais é compreensível que assim seja”, pois, continua a autora: “o espaço da

transgressão, do desvio da norma, da subversão dos papéis é difícil de ser apreendido, porque não há desejo ou interesse em publicizá-lo” (SCOTT, 2002, p. 49).

A família nuclear, proprietária da fazenda denominada Engenho de São Joaquim, foi constituída por Joaquim Alves de Oliveira, natural de Pilar (atual Pilar de Goiás), nascido “aos 18 de agosto de 1770. Foram seus pais Domingos Alves de Campos e d.^a Páscoa Pinto de Oliveira. Aos nove anos morrendo-lhe o pai, passou aos cuidados de seu irmão, Manoel Alves de Oliveira, primogênito do casal” (JAYME, 1943, p. 32). Sobre o enlace tem-se a notícia de que “em 1803, casou Joaquim Alves com d.^a Ana Rosa Moreira” (JAYME, 1943, p. 39) e continua o autor em obra posterior afirmando que “a nubente nasceu em Meia Ponte a 26 de julho de 1771 e não em Jaraguá como registrou na obra anterior” (JAYME, 1973, p. 202). Informação confirmada pelo Livro de Batismo da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário que compreende os anos de 1765 a 1774 (fls. 107). Filha do lusitano e grande comerciante, Manuel Moreira Jorge com a meiapontense Eufrásia Maria d’Assunção. Ana Rosa perdeu o pai aos 21 anos de idade.

As referências de tratamento na documentação da época para a mãe e esposa de Joaquim Alves, transcrita por Jayme, talvez indicasse que o “status de ‘Dona’ seria inerente à mulher regularmente casada, de acordo com todas as normas sociais” ou apenas pelo fato de que “difunde-se a adoção do tratamento ‘Dona’ enquanto diferenciador social” (BACELLAR, 1990, p. 370). Continua o referido autor indicando possibilidades similares ao que cerca a união de Joaquim Alves com Ana Rosa: “o estado de celibatária não era, em absoluto, indicação de que estas mulheres não tinham uma vida sexual. Dentre as solteiras, várias tinham filhos” (p. 374).

Ana Rosa antes de contrair núpcias com Joaquim Alves de Oliveira já era mãe de Manuel Amâncio da Luz (com José Rodrigues do Nascimento) e de Maria Conceição Rocha e de Teodoro Antônio da Rocha (ambos com Paulo Antônio da Rocha). José Alves de Oliveira, filho com o comendador Joaquim Alves, “faleceu em idade pueril, a 10.12.1798” (JAYME, 1973, p. 203). Segundo Costa (1987, p. 52) a trajetória do casal é bastante curiosa “da fase de transição que atravessava a sociedade local, é o fato de que o consórcio legalizou uma situação de fato, pois o casal já vivia maritalmente há alguns anos, sendo os seus dois filhos antenatos”, uma designação para filhos gerados fora dos laços matrimoniais estabelecidos pela Igreja Católica.

A prática mencionada por Saint-Hilaire (1975) de que no Engenho de São Joaquim se realizava, entre os escravos, casamentos anuais e que os casais possuíam espaço privativo de moradia — como abordado anteriormente —, provavelmente tendia a evitar confusões na ordem local, pois parte do ano a família ali residia, em especial por ocasião dos longos deslocamentos das tropas levando ou trazendo mercadorias rumo a Mato Grosso e ainda para o Rio de Janeiro. Nesse transcorrer Ana Joaquina, então filha única do casal, cresceu por entre a escravaria e quando chegou o momento foi-lhe dado como marido o também comendador Joaquim da Costa Teixeira em outubro de 1814, que passou a gerenciar a fazenda.

Assim como percebido em estudo sobre as mulheres na São Paulo colonial, a observação se aplica ao Engenho de São Joaquim, onde também “o espaço doméstico vivia quase sempre em função da ausência de seu elemento masculino, exercendo a mulher o papel de mantenedora das necessidades cotidianas” (BARCELLAR, 1990, p. 380). Devido à pouca idade de Ana Joaquina diante do casamento, por volta de 15 anos, sempre por ocasião da ausência do marido (nascido por volta de 1785), contava com o apoio da mãe, Ana Rosa, na fazenda e era ela quem “assumia e, ao mesmo tempo, fazia companhia a Ana Joaquina, que não tivera filhos” (COSTA, 1978, p. 60).

Antes do casamento, em 1811, nasceu, na vizinha Corumbá de Goiás Ludovina da Costa Teixeira, filha de Joaquim da Costa Teixeira com Luzia Bueno. O comendador Costa Teixeira e Ana Rosa não tiveram filhos, mas tiveram outros relacionamentos duradouros. É tido como certo o romance de Ana Rosa com o feitor Justiniano, caracterizado como “tipo varonil e bem apessoado, natural dos sertões do Paranã, havia conseguido, de Costa Teixeira, uma colocação, na fazenda: fora admitido como feitor” e era além disso “enérgico e astuto, caiu nas graças do patrão que, nele, depositara inteira confiança” (JAYME, 1943, p. 42).

No mesmo engenho de São Joaquim Costa Teixeira “mantinha íntimas relações com uma escrava parda, de nome Eufêmia de Gouveia” que lhe fora dada de presente por um de seus tios. “Esse procedimento, praticado às claras, e na própria fazenda, onde Eufêmia dispunha de ótimo apartamento, deve ter sido a causa do fatal acontecimento, que se epilogou com a morte de d.^a Ana Rosa” (JAYME, 1943, p. 42). A proposição da informação não aparece aqui como causa ou consequência, mas como um indicativo, pois

quase não há informações sobre a “bonita escrava” batizada em 1820, já adulta, que vivia em concubinato com Costa Teixeira, com quem teve três filhos, ainda durante a vida de Ana Joaquina de Oliveira. Da relação de Costa Teixeira com Eufêmia nasceram: Luiz Francisco da Costa Teixeira (1840-1909), Maria Jesuína da Costa Teixeira (1848-1884) e Joaquim da Costa Teixeira (1853-1891), este último tem na indicação do batistério a menção ao nascimento no Engenho de São Joaquim.

Os acontecimentos decorridos dos sistemas familiares impostos na fazenda goiana lembram que: “la familia legítima e indisoluble se formaba por el matrimonio religioso que unía a un hombre y una mujer — las prácticas no siempre cumplieron con los modelos establecidos dando lugar a una gran variedad de formas familiares en todo el territorio” (GHIRARDI; SCOTT, 2015).

Voltando às perspectivas analisadas, via micro-história, percebemos que “para muitos casais, a legitimação de suas uniões tornava-se praticamente inviável” (FEITAS, 2014, p. 216). No que há concordância com Faria (1997, p. 242), para quem:

família englobava todos os que eram “gente da casa”, podendo ser criados, parentes etc. Trata-se, então, de famílias diferenciadas, tanto no tempo quanto no espaço. Na realidade, a história da família está ligada essencialmente ao espaço doméstico, independente do sentido público ou privado que ele possa ter, nas diversas épocas.

Foi no espaço do Engenho de São Joaquim que em 02 de maio de 1833, Ana Rosa foi morta com um tiro desferido por Justiniano, que a cabo do trajeto da fazenda para Meia Ponte teria se desvencilhado e sumido ou teria sido morto e enterrado, constituindo as duas versões conhecidas para o fato. Viúvo, Joaquim Alves de Oliveira teria deserddado a filha, que continuou no Engenho ao lado do marido, coronel Joaquim da Costa Teixeira, que ampliava seus filhos com a amásia Eufêmia Gouveia. Em testamento aberto em 1851 Joaquim Alves deixou a maior parte dos bens ao genro, que ao falecer os perpassou aos filhos bastardos que teve com Eufêmia, herdeiros que venderam o Engenho de São Joaquim ao padre Simeão Estilita Lopes Zedes, que alterou o nome da propriedade para Fazenda Babilônia, religioso que ao falecer deixou a fazenda para um de seus inúmeros filhos. Mas essa é outra história ocorrida na fazenda e que aborda outros sistemas familiares pirenopolinos.

Considerações Finais

A abordagem a partir das pessoas que se uniram ao longo do tempo no Engenho de São Joaquim, estabelecendo modelos convencionais para a época ou não, se ajuntam para melhor compreensão da dinâmica da vida em Meia Ponte do século XIX, impregnada de estratégias que possibilitavam tanto o viver como o sobreviver tão longe e ao mesmo tempo tão perto de outras importantes localidades brasileiras do contexto.

Desde a chegada dos primeiros bandeirantes que constituíram o núcleo populacional de extração de ouro às margens do Rio das Almas, a antiga Meia Ponte passou a receber escravos que vinham dinamizar a efêmera economia aurífera, propiciando migrações para outras áreas, pouco mais de meio século depois. Os que ficaram passaram a desenvolver uma agropecuária de subsistência, mas que tinha potencial projetado por estarem agora às margens das Estradas Reais que faziam de Meia Ponte um “entreposto comercial” em que as dimensões culturais se ampliaram devido a facilidade de locomoção e de comunicação.

No entanto, o mundo do trabalho permaneceu centrado na mão de obra escrava, reunida em propriedades pequenas, médias e grandes como o Engenho de São Joaquim, nosso cenário de investigação junto ao cotidiano das famílias que ali se constituíram e viveram, basicamente na primeira metade do século XIX.

A família de Joaquim Alves de Oliveira, ao contrário do que pode parecer à primeira vista, era um reflexo da sociedade e só chamou a atenção por ele ser uma pessoa de posses e de grande influência econômica, política e cultural; o que propiciou registros, mesmo que dispersos da vida privada que transcorria por entre paredes de pau a pique e muros de pedras do Engenho de São Joaquim.

O pouco que se sabe sobre a história da família de Joaquim Alves foi por meio de documentos eclesiásticos e demais investigações documentais, ainda não esgotadas; o que possibilita que futuras pesquisas podem trazer a lume novas perspectivas e mesmo versões mais condizentes das veiculadas, com bastante parcimônia, no intuito de preservar a figura ícone da historiografia goiana em que foi transformado o comendador do Engenho de São Joaquim.

Referências

BARCELLAR, Carlos de Almeida Prado. A mulher em São Paulo colonial. In: *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie IV História Moderna, v. 3, 1990, pp. 367-386.

_____. Distintos puntos de vista acerca de las familias y los hogares em los padrones de población de la Capitanía de São Paulo, Brasil (1765-1836). In: *El Taller de la Historia*, v. 7, nº 7, 2015, pp. 141-168.

_____. As famílias de povoadores em áreas de fronteira da capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 34, nº 3, 2017, pp. 549-565.

BARCELLAR, Carlos de Almeida Prado; SCOTT, Ana Silvia Volpi; BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. Quarenta anos de demografia histórica. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 22, nº 2, 2005, pp. 339-350.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. 8. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

COSTA, Lena Castello Branco Ferreira. *Arraial e Coronel: dois estudos de história social*. São Paulo: Cultrix, 1978.

CURADO, João Guilherme. Viagem aos 200 anos dos relatos de viajantes europeus sobre Meia Ponte/GO. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*. v. 7, nº 1, 2018, pp. 37-57.

ESTEVAM, Luís. *O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*. 2. ed. Goiânia: Ed. UCG, 2004.

FARIA, Sheila de Castro. História da família e demografia histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion – Ronaldo VAINFAS (org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. RJ, Campus, 1997. pp. 241-258.

FARINATTI, Luis Augusto Ebling; MATHEUS, Marcelo Santos. A história de João Potro: trajetória e relações de reciprocidade de uma família subalterna no sul do Brasil (1820-1855). In: *Varia História*, Belo Horizonte, v. 33, nº 63, 2017, pp. 707-743.

FLORENTINO, Manolo. Uma lógica demográfica elástica: o abolicionismo britânico e a plantation escravista no Brasil (1789-1850). In: *História Crítica*, Bogotá, nº 47, 2012, pp. 139-159.

FREITAS, Denize Terezinha Leal. Intercalando olhares a partir dos registros paroquiais de madre de Deus de Porto Alegre: a possível combinação entre macro e micro-história. In: *História: debates e tendências*, v. 4, nº 1, 2014, pp. 210-223.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

GHIRARDI, Mónica; SCOTT, Ana Silvia Volpi (Coords.). *Famílias históricas. Interpelaciones desde perspectivas Iberoamericanas a través de los casos de Argentina, Brasil, Costa Rica, España, Paraguai y Uruguay*. México, 2015.

Inventário do Comendador Joaquim Alves de Oliveira. Maço nº 14, Tombo nº 374. Cartório de Órfãos — Pirenópolis/Goiás.

JAYME, Jarbas. *Cinco vultos meiapontenses*. Instituto Genealógico Brasileiro, 1943.

_____. *Esboço Histórico de Pirenópolis*. Goiânia: Ed. UFG, 1971.

_____. *Famílias Pirenopolinas*. Goiânia: Ed. UFG, 1973. Vols. I e III.

JEHA, Silvana. Ganhar a Vida. Uma história do barbeiro africano Antônio José Dutra e sua família. Rio de Janeiro, século XIX. In: *Revista História*, São Paulo, nº 176, 2017, pp. 01-35.

LOIOLA, Maria Lemke. *Trajetórias para a liberdade: escravos e libertos na capitania de Goiás*. Goiânia: Ed. UFG, 2009.

MACHADO, Ana Paula Souza Rodrigues. Famílias senhoriais em freguesias rurais: preservação do patrimônio no Rio de Janeiro (Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, século XVIII). In: *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 30, nº 1, 2017, pp. 140-154.

MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. A família negra em liberdade: domicílios dos libertos e seus descendentes em Minas Gerais no final do século XVIII. In: *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 30, nº 1, 2017, pp. 68-86.

MATUTINA MEIAPONTENSE – *fac-sile* digital do Jornal Matutina Meiapontense, CD-Room, s/d.

MUÑOZ, Isabel Maria Melero; SERNA, Víctor Daniel Regalado González. Círculos de poder em el mundo nobiliario: linaje, conflito y mayorazgo. El caso de la familia Orozco em la Sevilla del XVIII. In: *HID*, nº 44, 2017, pp. 269-295.

NÓVOA, Rita Sampaio da; ROSA, Maria de Lurdes. O estudo dos arquivos de família de Antigo Regime em Portugal: percursos e temas de investigação. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 38, nº 78, 2018, pp. 75-95.

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. *Fazendas goianas: a casas com universo de fronteira*. Goiânia: Ed. UFG, 2010.

PALACÍN, Luis; MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. *História de Goiás*. 7. ed. Goiânia: Ed. UCG/Ed. Vieira, 2008.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO. *Livro de Batismos, 1765 a 1774*. Pirenópolis. 200fls.

_____. *Livro de Casamentos, 1835 a 1852*. Pirenópolis. 100fls.

POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao Interior do Brasil*. Trad. Milton Amado e Eugênio Amado. Itatiaia/EdUSP, Belo Horizonte/São Paulo, 1976.

POLONIAL, Juscelino. *Terra do Ananguera: história de Goiás*. 5. ed. Goiânia: Kelps, 2013.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de Goiás*. Trad. Regina Régis Junqueira. Itatiaia/EdUSP, Belo Horizonte/São Paulo, 1975.

SCOTT, Ana Sílvia Volpi. O avesso e o direito: concubinato e casamento numa comunidade do nordeste português. In: *Paidéia*, v. 12, nº 22, 2002, pp. 39-56.